

Aos vinte do mês de julho de dois mil e quinze, pelas dezoito horas, reuniu em assembleia o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital, sob a presidência do docente Albano Pinto Dinis, com a presença dos seus elementos, com exceção dos conselheiros Isabel Águas, Nuno Teixeira, Helena Figueiredo, Susana Martins e Mário Pinto que, amavelmente o justificaram, bem como o conselheiro, representante do pessoal não docente Pedro Paiva, que não apresentou qualquer justificação.

A reunião teve a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um - Informações;

Ponto dois – Apreciação do Relatório relativo à execução do Plano Anual de Atividades durante o 3.º período;

Ponto três – Apreciação do Relatório Final relativo à execução do Plano Anual de Atividades do ano letivo 2014/2015;

Ponto quatro – Critérios de organização dos horários;

Ponto cinco – Avaliação do Pessoal Não Docente;

Ponto seis – Ponto da situação sobre o Projeto Educativo do Agrupamento;

Ponto sete - Outros assuntos.

O presidente deu início à reunião começando por agradecer a presença de todos.

Foi aprovada a ata da reunião anterior com a abstenção dos conselheiros representantes do Município e da representante dos Encarregados de Educação, Fátima Figueiredo por não terem estado presentes na referida reunião.

O Presidente passou a palavra ao Diretor que cumprimentou todos os presentes, informando que esta altura é de grande trabalho nas escolas, por ser final de ano e já se estar a organizar o próximo ano letivo (turmas, distribuição de serviço docente...).

Referiu-se às informações emanadas do Conselho Pedagógico tais como lista de colocação de docentes (entradas/saídas), concurso extraordinário (mobilidades) e despacho de organização do ano letivo, com data de dezanove de junho. Referiu ainda a autorização de funcionamento da Unidade de Multideficiência, que funcionará na Escola-Sede e que iniciará com quatro alunos, dois de Tábua e dois de Oliveira do Hospital. Serão alunos portadores de multideficiência ou deficiência muito acentuada, que necessitarão de uma tarefa para acompanhamento constante. A Unidade será implantada no antigo bar de alunos que sofrerá obras de adaptação.

Referiu também as Atividades de Enriquecimento Curricular, da responsabilidade do Agrupamento. No que se refere às turmas do ensino profissional e vocacional, informou que serão constituídas duas turmas do 10.º ano, 3 turmas do ensino vocacional, em que uma será só de um ano (Desporto, Bem-Estar, Lazer) e as outras duas, de dois anos (Informática, Fotografia e Design). Informou que se tentou enaltecer e credibilizar os Cursos Vocacionais estabelecendo critérios de admissão, de extrema importância já que há um grande número de candidatos, com uma avaliação bastante difícil.

Informou que no Desporto Escolar se verificaram bons resultados a todos os níveis e que o projeto Comenius tem mais três candidaturas para os próximos 2 anos, o que permite que o Agrupamento proporcione intercâmbios. Informou também que a professora Anabela Almeida é a representante do Agrupamento na Comissão Proteção a Crianças e Jovens.

Passou-se ao ponto dois da ordem de trabalhos – Apreciação do Relatório relativo à execução do Plano Anual de Atividades durante o 3.º período, tendo o mesmo obtido apreciação positiva, por unanimidade.

O Diretor referiu-se à Ação Social Escolar tendo informado que, do 2.º Ciclo ao Ensino Secundário estão a ser apoiados oitocentos e quarenta e dois alunos de um total de dois mil, seiscentos e quarenta e dois e que foram atribuídas bolsas de mérito a treze alunos.

Elencou também os pontos que considera relevantes para análise, nomeadamente a indisciplina, o absentismo, o refeitório e os resultados escolares. Informou que as turmas com maior grau de indisciplina são as do 7.º ano (cerca de 30%) e de Cursos Vocacionais tendo sido criadas coadjuvações e assessorias nas disciplinas mais exigentes, nomeadamente Matemática.

Relativamente ao absentismo informou a criação de uma equipa que trabalhará em articulação com o GAPA, no sentido de sensibilização dos alunos para a sua presença nas aulas.

O conselheiro Luís Torgal referiu que uma das queixas é o barulho ensurdecedor nos blocos antes dos alunos entrarem nas salas, salientando a necessidade de existir um mínimo de tranquilidade. Questionou ainda sobre a possibilidade da colocação de mais Assistentes Operacionais para o evitar.

O Diretor esclareceu que essa situação já foi referenciada nas reuniões de balanço com os Assistentes Operacionais, tendo sido solicitado aos mesmos um papel mais interventivo, mudando um pouco, a sua postura. Referiu, no entanto não ser fácil já que os alunos estão cada vez mais mal-educados.

No que se refere ao combate ao insucesso, há um projeto discutido em Conselho Pedagógico que pretende analisar o risco de retenção e abandono, taxa de insucesso, taxa de retenção que levam ao risco de abandono escolar. A base são as disciplinas de Português e Matemática por serem áreas de maior insucesso.

No âmbito do ponto três – Apreciação do Relatório Final relativo à execução do Plano Anual de Atividades do ano letivo 2014-2015 o mesmo obteve apreciação positiva, por unanimidade.

O Diretor salientou terem sido concluídas as propostas por ele apresentadas, nomeadamente uma única sala de professores, um espaço único para os serviços administrativos e a atribuição de uma hora não letiva aos Diretores de Turma.

No que refere ao ponto quatro da ordem de trabalhos – Critérios de organização dos horários, o Diretor esclareceu que, no primeiro ciclo do ensino básico, a exemplo do ano letivo transato, há necessidade de aplicar horários excecionais de funcionamento em algumas escolas. Estas escolas são frequentadas por alunos de vários ciclos e os alunos do segundo e terceiro ciclos terminam as aulas mais cedo. Como os transportes escolares utilizados são comuns, os alunos do primeiro ciclo necessitam de terminar as aulas cerca das dezassete horas. Esta excecionalidade ocorre nas escolas da Cordinha e da Ponte das Três Entradas. Há ainda duas escolas do primeiro ciclo onde a maioria dos alunos é transportada pela autarquia, a qual necessita de iniciar esta atividade mais cedo de modo a libertar os veículos para outros transportes. Também aqui se propõe um horário excecional de funcionamento, nomeadamente na escola básica de Nogueira do Cravo, que terminará às dezasseis e quarenta e cinco, e de Lagos da Beira, que terminará às dezassete e vinte.

As referidas propostas foram aprovadas por unanimidade.

O presidente alertou para a necessidade de ser dada alguma atenção às turmas do 10.º e 11.º ano. Relativamente às AEC, referiu que em Oliveira do Hospital o ano foi mais pacífico, já que existe uma oferta diferente e alunos com outras atividades, tendo sido colocadas no final do horário.

A conselheira Fátima Figueiredo referiu que na Cordinha nunca houve grandes manifestações, uma vez que os alunos estão na escola durante todo o dia.

O Diretor informou que as AEC, de uma maneira geral, correram muito bem.

A conselheira Ana Álvaro alertou para que se faça entender aos docentes que as AEC deverão ter um carácter lúdico e não “mais do mesmo”.

Relativamente ao ponto cinco – Avaliação do Pessoal Não Docente, foram avaliados 91 Assistentes Operacionais, tendo 23 obtido avaliação de Desempenho Relevante e 23 Assistentes Técnicos, seis dos quais com menção de Desempenho Relevante.

Passou-se ao ponto seis – Ponto da situação sobre o Projeto Educativo do Agrupamento, tendo sido aprovada a proposta de alteração ao Regulamento Interno do Agrupamento, no que se refere à constituição dos grupos/turma. Foi também aprovado o art.º 150.º - visitas de estudo, tendo o Diretor apelado a que não sejam lecionadas matérias importantes na ausência de alunos.

As conselheiras Eugénia Andrade e Luísa Correia referiram ocorrer por diversas vezes a ausência de um ou dois alunos por participação em atividades desportivas. Já a conselheira Ana

Álvaro apelou à necessidade de se regular devidamente esta situação, por forma a não serem prejudicados os alunos que “estão ao serviço da Escola”.

No âmbito do ponto sete – outros assuntos, e no que se refere ao refeitório, o Diretor referiu ser sempre uma questão muito complicada de gerir. Está a ser idealizado um conjunto de ações destinadas aos alunos do 5.º ao 7.º ano, no âmbito da higiene e forma de estar, reforço de vigilância, apelo/convite aos encarregados de educação para que possam almoçar na cantina. Este projeto será feito em conjunto com os Diretores de Turma, no âmbito da Educação para a Cidadania sensibilizando os alunos, reunindo com os Delegados de Turma, no sentido da responsabilização de atitudes.

Informou que foi introduzida uma novidade para colmatar o desperdício e responsabilizar os alunos. Assim, os alunos subsidiados que adquiriam senhas de almoço e não almoçavam foram obrigados a pagar essas senhas.

A conselheira Eugénia Andrade referiu ter verificado diferenças nos dias em que mais adultos almoçam na cantina, pelo que considera importante essa participação, tendo o Diretor assumido que a Direção iria passar a almoçar lá com regularidade.

A conselheira Luísa Correia referiu que os alunos se queixam da confeção e quantidade de comida, problema que se coloca há anos e que agravou a partir do momento em que o refeitório passou a ser concessionado, opinião corroborada pela conselheira Ana Álvaro.

O Diretor informou que irão ocorrer reuniões mensais com os responsáveis pelo refeitório e que todas as cozinheiras terão que fazer formação.

Relativamente à questão do fibrocimento, a conselheira Ana Álvaro informou que a Associação de Pais recebeu resposta à carta enviada informando que foi medido o risco para o ambiente e se espera relatório. Salientou que, consoante o risco, ou a DGEstE se compromete ou a Associação de Pais tomará medidas para não deixar abrir a escola, contando com a colaboração de funcionários e professores, tendo também contactado e solicitado apoio ao município, ao que o conselheiro Luís Torgal anuiu, salientando que a verificar-se um risco grave para a escola toda a comunidade se deverá unir.

O conselheiro José Francisco Rolo tomou a palavra referindo que esta questão se coloca por todo o país, tendo havido já vários planos para o retirar devido ao seu potencial cancerígeno. Informou ter estado numa reunião em Coimbra e existe a possibilidade dos municípios fazerem a sinalização das escolas para que possam ser intervencionadas. Foi pedido o levantamento das escolas propriedade do MEC, no âmbito do Pacto para Desenvolvimento e Coesão. Referiu ser muito fácil o MEC onerar as camaras para que retirem esses materiais, deixando de lado as suas próprias responsabilidades. É perceptível que o MEC não tem uma listagem atualizada de todos os equipamentos que precisam de intervenção. Informou ainda que, a haver verbas, essas também poderão ser afetas aos equipamentos escolares.

A conselheira Graça Silva explicou que a junção de dezanove municípios pressupõe a angariação de maiores verbas – CIM.

O conselheiro Carlos Veiga considerou que o maior órgão para tomar medidas é a Associação de Pais.

O Presidente solicitou ser informado sobre tudo o que se vier a passar.

Relativamente ao Pré-Escolar, o presidente solicitou informação sobre a situação para 2015/2016.

Tomou a palavra o Diretor explicando haver reunião no dia a seguir entre a vereadora e a coordenadora do ensino Pré-Escolar. Referiu que esta é uma questão sensível que preocupa o Agrupamento e que terão que ser tomadas medidas internas: modificar atitudes, disponibilidade, estratégias e em conjunto com o Município, refletir e ver o que se pode modificar.

A vereadora e conselheira Graça Silva referiu a baixa natalidade no país e no concelho, o que leva a uma perda de alunos, sendo que, no entanto as coisas estão a funcionar bem a nível do pré-escolar. Referiu também que a visão de hoje não foi a mesma de há dez anos atrás, com a aprovação da DGEstE de salas nas IPSS. Informou que o município não financia escolas privadas em defesa da escola pública.

O diretor apelou ao conselheiro José Francisco Rolo, enquanto responsável pela área social, no município o aumento do incentivo à natalidade para ver se se consegue reverter esta situação, ao que aquele conselheiro respondeu que a questão da natalidade é um problema gravíssimo do país e o maior drama dos últimos 200 anos em Portugal, relacionada com estilos de vida, individualismo, saída de população. No entanto, nos últimos três anos as quebras não têm sido muito abruptas. Relativamente ao programa de incentivo, ele existe e é bem aproveitado, no entanto é um simples programa que por si só não fez aumentar a natalidade, sendo que as únicas políticas de incentivo são aquelas que os municípios criaram.

Relativamente ao Projeto Educativo, o Diretor informou que está a ser elaborado por uma comissão muito dedicada e profissional, realçando o trabalho da equipa do Projeto Educativo Local a funcionar na autarquia.

O conselheiro Rui Almeida, apresentou a sua renúncia por considerar não fazer sentido continuar no órgão, em representação da Associação de Pais por ter sido colocado no Agrupamento, em resultado do concurso interno de docentes, sendo substituído por outro elemento da APAS.

A conselheira Ana Álvaro agradeceu ao conselheiro Rui Almeida a representação da APAS. Questionou sobre se o ensino articulado irá ou não continuar, tendo obtido a confirmação dessa continuidade. Solicitou que fosse regulamentada em conselho pedagógico a questão dos trabalhos de casa, uma vez que recebe reclamações constantes com o excesso de trabalhos que os alunos levam para casa. Considera ser importante definir normas que sejam do conhecimento dos pais.

A conselheira Fátima Figueiredo referiu que nessa questão há uma certa hipocrisia havendo escolas onde não se marcam e em Oliveira do Hospital em que se têm sempre que marcar.

O Diretor tomou a palavra dizendo que este é um assunto que merece cuidado e bom senso que terá que ser refletido internamente entre os pares.

O conselheiro Carlos Veiga considera que a regulamentação de tudo acaba por “dar asneira”. Sugere que haja um limite máximo contratualizado no início do ano entre pais/professores/alunos. Não lhe parece viável uma regulamentação por falta de conhecimento de casos específicos, considerando a sua discussão dentro da sala de aulas.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual foi lavrada ata, que após lida foi aprovada em minuta, sendo assinada pelo respetivo presidente e secretária.

O presidente da reunião

A secretária

---

---